



Pensar a complexidade: das categorias às relações sociais¹

Danièle Kergoat

Resumo

Este artigo, que tem o feminismo materialista como ponto de referência, propõe uma releitura sociológica das noções de categoria e de relação social. Esse esforço de definição é um lembrete preliminar, a fim de entrar no debate que coloca em perspectiva dois horizontes teóricos: a interseccionalidade – e devemos acrescentar “à francesa” – e a consubstancialidade.

* * *

Tradução de Angelo Soares²

Revisão de Lettícia Leite³

Na sociologia, o uso das categorias é obviamente inevitável. Mas corre-se o risco de reificar a realidade que se quer explicar: uma categoria mostra o aqui e agora, uma fotografia, uma cartografia da realidade. Ela se expõe ao risco de ser confundida com a identidade.

Contudo, se a sociologia tem uma tarefa a cumprir, ela consiste precisamente em questionar essas categorias, em ir além das aparências consolidadas da ordem social. Para mim, “raça”, “gênero”, “classe” remetem às relações sociais: relações de classe, relações sociais de sexo, relações sociais de raça. São elas que produzem as categorias, e é nesses termos que eu apreendo as relações de poder e suas imbricações.

A interseccionalidade é um programa de pesquisa que visa a explicar o emaranhado de dominações. De minha parte, privilegio uma entrada através das relações sociais e dos processos pelos quais elas se produzem, se reproduzem e se transformam e pelos quais as categorias são produzidas. Não se trata, portanto, de uma sociologia da dominação na qual a análise se limitaria a constatar que esta ou aquela categoria é dominada, oprimida. Mas a questão é: por quais processos, quais mecanismos os atores sociais são dominados, mas também como esses processos

¹ Este artigo toma como ponto de partida a comunicação feita no Congresso da AFS [*Association Française de Sociologie*] em Aix-en-Provence, em 30 de agosto de 2019, com o título “Pensar a complexidade com o auxílio da relação social”. Agradeço a Xavier Dunezat pela releitura deste texto e pelas perguntas, sempre relevantes, que ele suscitou. [NdE: Este artigo foi publicado originalmente na revista *La Pensée*, 2021/3 (Nº 407), p. 127-139].

² Angelo Soares é professor no Departamento de organização e recursos humanos da Escola de Ciências da Gestão na Universidade do Quebec em Montréal, UQAM.

³ Lettícia Leite é historiadora, tradutora e revisora.

podem ser contestados, contornados? É uma sociologia que pensa tanto nos meandros da dominação quanto nas formas da emancipação. E é uma sociologia decididamente não determinista: não penso que uma dada relação social produza sempre os mesmos efeitos ou induza as mesmas práticas.

É o *modo de produção das* categorias que me interessa, sua historicidade, suas variações no tempo e no espaço: por exemplo, podemos ainda falar em “classe trabalhadora” (no singular) ou a partir de agora devemos falar em “classes populares” (no plural)? E se há um tal deslocamento, o que isso implica no que concerne ao cruzamento entre raça – gênero – classe? A questão sociológica torna-se: com quais ferramentas? Quais epistemologias? Para tal pergunta, tal situação, quais são as mais operacionais? Enfim, é preciso redefinir as categorias das quais falamos, não tomá-las literalmente. Neste caso, se perguntar o que é uma classe, incluso de gênero ou de raça?⁴ Como essas classes evoluem? Onde estamos com relação a essas questões na França neste momento? A relação de classe assim como as relações de sexo e de raça são dinâmicas: elas evoluem sem cessar ao longo da história, tanto a longo quanto a curto prazo, simultaneamente dependentes das mudanças sociais, ao mesmo tempo em que contribuem ativamente com relação aos conteúdos e às modalidades dessas mudanças.⁵

Se há um fato a respeito do qual todos concordarão, é sobre a atual reconfiguração das instituições (escola, família, justiça...), dos grupos e até mesmo das identidades. O conceito de relação social deveria, assim, estar no centro das atenções, pois ele é operacional para se pensar a desordem do mundo. No entanto, esse não é o caso. Mais precisamente, quando é, ele se acha em meio a tantas sombras e incertezas que, no final das contas, é muito difícil saber precisamente o que se entende por este termo. Isso é válido para sociologia e ainda mais para os estudos de gênero, especialmente influenciados pela abordagem interseccional, na medida em que eles abrangem um amplo espectro que vai da sociologia à literatura, passando pela linguística e pela psicanálise⁶.

Afinal, podemos ter certeza de que as discriminações frequentemente apontadas (de religião, de classe, de deficiência, de sexualidade, de casta etc.) referem-se todas a uma “relação social” cuja natureza (sociológica) seria a mesma?

⁴ No contexto deste artigo farei minha a seguinte definição de raça: “Concebemos a raça como uma construção social, uma relação social, que atravessa todos os campos sociais e se reconfigura de acordo com dinâmicas situacionais complexas (...)”, proposta por Fabrice Dhume, Xavier Dunezat, Camille Gourdeau & Aude Rabaud, *Du racisme d’État en France? Le Bord de l’Eau*, 2020, p. 26. Por conseguinte, não falarei aqui dos efeitos do racismo, mas dos efeitos da relação de raça. Note, no entanto, que o vocabulário, raça, raciais, racialização... não é estável.

⁵ Um exemplo: a evolução da medicina (pílula anticoncepcional, procriação medicamente assistida (PMA), barriga de aluguel, etc.) junto, naturalmente, com os movimentos sociais, teve e tem um impacto considerável sobre as relações sociais do sexo.

⁶ Este colapso disciplinar também apresenta muitos problemas epistemológicos dos quais eu não vou tratar aqui.

E podemos dizer que cada relação social (a relação geracional ou a relação racial, por exemplo) é estruturante e potencialmente subversiva com a mesma intensidade em todas as culturas e sociedades, em todos os momentos e em todos os lugares? Ou ainda: ela é apenas estruturante para algumas sociedades? A trilogia gênero/raça/classe tem alguma lógica interna (do ponto de vista da sociologia)? Em outras palavras, esses termos têm o mesmo conteúdo, a mesma história, eles mantêm entre si a mesma relação, conforme nos referimos à sociedade americana, à sociedade indiana ou à sociedade francesa? No século 19 ou no século 21?

As relações sociais são hierarquizáveis?

Em 1984, escrevi: “Recuso-me a hierarquizar as relações sociais; para mim não há nem *frente principal*, nem *inimigo principal*. Uma relação social não pode ser um pouco mais viva do que outra. Ela é ou não é”⁷.

Essa frase, muitas vezes retomada por outras pessoas, deve obviamente ser recolocada em seu contexto político: afirmar isso era, naquele momento, contestar a hegemonia da relação capital/trabalho, mas também contestar a designação de um “inimigo principal”⁸, neste caso o patriarcado. Mas, durante anos, essa proposição ressurgia na minha cabeça: certamente, seria inconcebível decidir, no lugar dos atores sociais, qual a relação social é, para eles, mais viva que outra, aquelas que eles contestam (ou “deveriam” contestar) prioritariamente nesta ou naquela luta. Nesse nível, sim, todas as relações sociais de dominação têm a mesma importância, todas as revoltas contra as desigualdades são legítimas. Isso, porém, nos permite argumentar que, na sociedade francesa, a relação social vinculada à idade, por exemplo, ainda que ela seja importante, tem a mesma capacidade explicativa, o mesmo poder de produção da sociedade, o mesmo potencial subversivo que, digamos, a relação social de sexo?

Foi em prol da superação dessa aporia que eu trabalhei.

A noção de prática social é o mediador necessário para observar concretamente a ação das relações sociais e sua realização pelos atores sociais. Estes últimos priorizam as relações sociais de acordo com suas estratégias coletivas ou identitárias. O observador externo, por outro lado, sob pena de se colocar em

⁷ « Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation », in Collectif, *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*. Presses universitaires de Grenoble, 1984, p. 207-220. Réédité dans *Se battre, disent-elles...*, La Dispute, 2012, p. 85-98. [Em português: “Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação”, In: *O Sexo do Trabalho*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986, p. 79-93.]

⁸ Christine Delphy, “L’ennemi principal”, *Partisan*, nov. 1970. [Em português: “O inimigo principal”. Rev. Bras. Ciênc. Polít. (17) Maio-agosto de 2015.]

primeiro plano ou de impor sua problemática, não pode hierarquizá-las. No entanto, a questão se impõe no nível teórico. Em si, isso não faria sentido algum, pois tal relação social, fundamental para uma sociedade, será secundária para uma outra: a geração entre os Baruya da Nova Guiné⁹, a casta na Índia, a nacionalidade em Riade e em Dubai¹⁰ não são operacionais ou, em todo caso, não da mesma maneira e com a mesma força que na França. Por outro lado, o problema surge dentro de uma determinada sociedade. Se podemos apresentar a hipótese de que existem relações sociais em todas as sociedades, elas variam em potência segundo as formações sociais e inclusive, no âmbito de uma mesma sociedade, segundo o período histórico considerado¹¹. É por isso que proponho diferenciar *as relações sociais*, reservando esse termo às relações sociais transversais, essenciais para compreender o funcionamento da sociedade em que elas se desenvolvem, nomeando todas as demais como *relações de poder*. Considerando como evidente que as relações sociais são relações de poder, mas que nem todas as relações de poder são “relações sociais”, que todas as discriminações se referem a uma relação de poder, mas não necessariamente a uma relação social.

Se a abordagem científica pode e deve sequenciar as relações sociais para poder analisá-las, essa “sequência” só pode ser uma operação preliminar, uma vez que, na realidade, nenhuma relação social tomada de forma isolada é suficiente para explicar a totalidade do fato social considerado. É a imbricação dinâmica das relações sociais que tem um valor explicativo.

Cabe, portanto, aos atores sociais e somente a eles decidir, numa perspectiva estratégica, qual relação social, aqui e agora, eles querem preferencialmente questionar ou apresentar como prioritária. O registro identitário é então, estrategicamente falando, absolutamente justificado.¹² Assim, em *A Cidadã Paradoxal*, Joan Scott mostra que as mulheres devem se reivindicar enquanto mulheres (reivindicação de identidade), precisamente para não serem tratadas como tal (reivindicação universalista).¹³

Mas tudo muda quando nos situamos no nível da teoria sociológica. Não é possível reduzir sem maior precaução as noções de raça/gênero/classe a três identidades que seriam distintas e ao mesmo tempo interligadas.

⁹ Godelier, Maurice. *La production des grands hommes. Pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée*, Fayard, 1982.

¹⁰ Amélie Le Renard, “Travail et genre : approches intersectionnelles et postcoloniales”, in *Je travaille, donc je suis. Perspectives féministes*, Maruani, M. (dir), La Découverte, 2018, p. 177-185. [Em português: *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*, Maruani, M.(org), FGV Editora, 2019.]

¹¹ É por isso que essa comunicação faz sentido, principalmente no contexto francês.

¹² Mesmo se, obviamente, identidades coletivas podem ser perigosas, na medida em que elas criam alteridade. Ver Amin Maalouf, *Les identités meurtrières*, Paris, Grasset, 1998. Pensemos igualmente no grupo “Génération identitaire” ou na expressão “Français de souche” [Francês de raiz].

¹³ Joan Scott, *La citoyenne paradoxale. Les féministes françaises et les droits de l’homme*, Albin Michel, 1998. [Em português: *A Cidadã Paradoxal: As Feministas Francesas e os Direitos do Homem*, Editora Mulheres, 2002.]

Parece-me, no entanto, que há uma confusão frequente entre esses dois níveis, ação militante e teoria sociológica, e às vezes até mesmo um certo conluio político. Assim, na ausência de uma diferenciação entre relação de poder e relação social, os estudos franceses que reivindicam a interseccionalidade frequentemente se alinham, na minha opinião, ao que eu entendo como relações de dominação, afirmam que elas se constroem mutuamente e exigem que a sociologia ou os estudos de gênero façam o mesmo, sem nem sempre se perguntar se, em tal situação e em tal temporalidade, algumas não são mais poderosas do que outras, não exercem uma influência mais forte, e se elas não seriam então sociologicamente passíveis de distinção. Esse imperativo interseccional parece menos prevalente nos estudos empíricos, mas nos leva a um outro senão: ressaltar que, em um determinado campo de investigação, uma das relações sociais não participa, ou participa menos, nos leva a confundir a subjetivação dos atores sociais e a objetivação das práticas.

Em outras palavras, se for necessário, na medida do possível, integrar as lutas em torno da deficiência, por exemplo, às lutas feministas, isso não permite que, na análise sociológica dessas lutas, possamos dizer e agir como se a relação de poder, muito real, ligada à deficiência fosse equivalente à relação social de sexo, por exemplo.

O que é uma relação social?

Progressivamente, formulei a seguinte proposta: a relação social explora, domina e oprime. Num primeiro momento, eu simplesmente retomava os termos comumente utilizados: a exploração caracterizaria a relação entre as classes sociais (no sentido clássico do termo), a dominação, por sua vez, caracterizaria a relação entre homens e mulheres. Graças ao trabalho coletivo que meus alunos de doutorado e eu realizamos, eu desconstruí essa diferenciação simplista e assumi a proposta de um deles (neste caso Xavier Dunezat): para que possamos falar de relação social, deve haver simultaneamente¹⁴ *exploração, dominação e opressão*¹⁵. A relação social tem, portanto, uma base material (exploração, opressão, ou seja, violência) e uma base ideológica (dominação). Assim, minha proposta é a seguinte: somente quando uma relação de poder acumula essas três propriedades, é possível dizer que ela se trata de uma relação transversal a toda formação social

¹⁴ Xavier Dunezat, “Syndicalisme et domination masculine en France : parcours bibliographique féministe”, *Recherches féministes*, vol. 19, n°1, 2006, p.69-96.

¹⁵ Sabendo-se que essas propriedades se declinam diferentemente dependendo da situação. Assim, por exemplo, será necessário, no caso das mulheres (e no caso da escravidão) especificar que a exploração é redobrada pela apropriação. Ver: Colette Guillaumin, “Pratiques du pouvoir et idée de Nature. (I) L’appropriation des femmes”, *Questions féministes* n°2, 1978 [Em português : Prática de Poder e ideia de natureza. In: Ferreira, Verônica; Ávila, Maria Betânia; Falquet, Jules; Abreu, Maira; (org.) *O Patriarcado Desvendado: teorias de três feministas materialistas*. Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu, Recife, Edições SOS Corpo. Recife, 2016.

considerada e que a estrutura, uma relação que é ao mesmo tempo estrutural e sistêmica, logo, de uma relação social.

Note-se que, se a classe social e o gênero são instâncias econômicas (a exploração das mulheres não é redutível à exploração capitalista), a demonstração é mais difícil no que diz respeito à raça, já que as pesquisas, pelo menos no que concerne à França, ainda estão em seus primórdios.¹⁶ A relação racial é muitas vezes apresentada como uma relação de poder, mas não como uma relação social no sentido como eu a entendo. São sobretudo os efeitos sociais da raça que são colocados em evidência. Como escreve Isabelle Clair: “(a raça) é frequentemente evocada apenas para fazer referência às populações minoritárias, como frequentemente o gênero só é mencionado para fazer referências às mulheres ; raça e gênero não são, neste caso, conceituados como relações sociais produzindo grupos e identificações antagônicas, mas como atributos (portanto essencializados) do grupo dominado.”¹⁷

Então, qual foi a definição proposta por mim? “A relação social é (...) uma *tensão* que atravessa o campo social. (...) Essa tensão institui certos fenômenos sociais como *desafios* (as formas da divisão social do trabalho, por exemplo) em torno dos quais se constituem grupos com *interesses antagônicos*”¹⁸. Esses grupos, eu os chamo de “classes” (termo que não é uma propriedade exclusiva do marxismo). Acrescento a afirmação de Maurice Godelier, de acordo com a qual os seres humanos produzem a sociedade para viver, as relações sociais servem como uma estrutura e um apoio para essa produção.¹⁹

Sendo assim, e óbvio que se pensamos em termos de relações sociais, as noções de raça/classe/gênero não podem ser utilizadas de forma essencialista, nem podem se referir a identidades. A relação social não coloca em relação categorias e grupos pré-existentes, ela cria essas categorias e grupos.

Como podemos ver, o que está em jogo nesse debate não é apenas de ordem epistemológica. Também é de ordem política. Porque se trata: 1) de compreender historicamente como as relações sociais tomaram forma nas instituições e na legislação (o casal, a família, a filiação, o trabalho, o Código Civil, etc.) tendo por

¹⁶ No entanto, a fim de deixar claro o que quero dizer – a raça como instância econômica –, vou me referir aos trabalhos de Angela Davis sobre as prisões estadunidenses. Através de uma análise materialista, ela mostra que há uma exploração específica dos presos negros, ligada a um sistema carcerário pensado como continuidade do sistema escravista: após a abolição da escravidão, era necessária uma mão de obra cativa (nos dois sentidos do termo) e barata. Ver: Angela Davis, *La prison est-elle obsolète?* Au Diable Vauvert, 2014 (Estarão as prisões obsoletas? Bertrand Brasil, 2018).

¹⁷ Isabelle Clair, *Réflexivités théorique, ethnographique, biographique*, Habilitation à diriger des recherches, 2021, vol.1 p.56.

¹⁸ Danièle Kergoat, «Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe», *Dictionnaire critique du féminisme*, coord. H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, D. Senotier, PUF, Paris, 2000, p.35-44. [Em português: “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”, *Dicionário Crítico do Feminismo*, H. Hirata, F. Laborie, H. O Doaré, D. Senotier (org.), Editora Unesp, 2009.

¹⁹ Maurice Godelier, *L’idéal et le matériel*, Fayard, Paris, 1984.

função cristalizar tudo, legitimando o estado da relação de força entre os grupos em um determinado momento²⁰ e 2 °) de detectar as novas tensões geradas na sociedade e de buscar compreender como elas deslocam os desafios, permitindo, portanto, potencialmente, deslegitimar essas regras, normas e representações que apresentam como “naturais” os grupos sociais constituídos em torno desses desafios.

Pensar a complexidade dos fenômenos sociais

Seria uma maneira curiosa de ser sociólogo/a, não ter compreendido, mesmo antes do advento da era da interseccionalidade, que a sociedade é complexa e é atravessada por múltiplas relações de poder que *se entrecruzam*. Nos anos 80, a questão da dupla opressão era debatida na França (particularmente na sociologia da educação). Aliás, resta fazer a sócio-história dessa questão, pois a irrupção da interseccionalidade eclipsou muitas obras sociológicas já imbuídas de dimensões “interseccionais” se por isso se entende a simples ideia de que a sociedade é complexa e é atravessada por múltiplas relações de poder que se entrecruzam. Assim, já em 1968, Jacques Jenny falava, e não de modo casual, mas como elemento central de um corpo teórico, do “princípio da interdimensionalidade ou da complexidade intrínseca que (...) designa o movimento específico de combinação de elementos em qualquer realidade social (...), pela intersecção de suas dimensões ou facetas constitutivas.”²¹

Que elas sejam sociólogas e/ou militantes, as francesas não eram mais insensíveis ao acúmulo de dominações do que as estadunidenses. Como escreve Monique Rouillé-Boireau, “[O] reconhecimento de problemas comuns ou compartilhados foi naturalmente acompanhado pela consideração das diferenças sociais e etnoculturais entre as mulheres. (...) O movimento das mulheres promovia a ideia de que diferentes grupos oprimidos analisam sua opressão, forjam suas ferramentas de luta, enquanto buscam convergências, pontes, solidariedades”²². Pode-se tomar como exemplo a *Coordination des femmes noires*, nascida em 1976, cujo slogan era: “Nas colônias, nas neocolônias, sofremos uma tripla opressão: como mulheres, como classe, como raça”²³. A semelhança com o *Combahee River*

²⁰ Sobre esses problemas, ver: Joan W. Scott, *La citoyenne paradoxale*, op. cit.

²¹ Jacques Jenny, “Proposition pour l’élaboration d’une conception épistémologique cohérente et pour son application à la recherche en sciences sociales”, *Épistémologie sociologique, Anthropos*, Paris, n°6, 1968, p.65-78.

²² Monique Rouillé-Boireau, “L’intersectionnalité, une idée à la mode?”, *Réfractions*, n°39, automne 2017.

²³ Sobre esta questão, ver a comunicação de Gerty Dambury, que integrou a Coordenação, no colóquio *Faire et écrire l’histoire. Féminisme et luttes de classes de 1970 à nos jours*, organizado pelo CNDF [*Collectif National pour les Droits des Femmes*], Paris, 25 setembro de 2010.

*Collective*²⁴, cuja Declaração data de 1977, é impressionante. No entanto, a *Coordination des femmes noires* não contesta a heteronormatividade. Por outro lado, a consciência internacionalista fazia-se ali presente de forma vivaz, o que não era o caso do *Combahee*.

No plano sociológico, frequentemente se falava de “dupla desvantagem” (assim como o movimento das mulheres falava de “dupla jornada”): supunha-se, então, que as desigualdades de classe e sexo se *acumulavam*.

Essas dominações cumulativas se reportavam mais ao gênero e à classe social, e não ainda à raça (Colette Guillaumin – e, claro, muitos grupos militantes – eram uma exceção). Mas por que seria mais questionável que as duas dominações, que trabalhamos primeiro, sejam as relações sociais de sexo e de classe, quando devemos evidenciar a intersecção raça/gênero, que na maioria das vezes diminui a dimensão de classe (social)? Kimberlé Crenshaw, nascida mulher, negra, e de acordo com suas próprias palavras, em um ambiente social abastado, trabalhou desde o início sobre o cruzamento raça/gênero. E isso é normal. No entanto, isso não a impede de falar de classe, assim como outros falam sobre raça sem ter experimentado o racismo.

Um parêntese biográfico

Eu odiava o “você, de onde você fala?” tão prevalente na UNEF²⁵ quando eu era estudante, mas como agora parece que é necessário mostrar as credenciais antes de poder apresentar qualquer proposta, vou fornecer aqui alguns elementos biográficos para mostrar como o quadro teórico, que eu apresento neste artigo, foi construído.

O conceito de consubstancialidade nasceu em um contexto muito particular. Primeiro, no contexto das lutas pós-68, das lutas dos anos 1971-1973 onde, praticamente pela primeira vez, as greves de mulheres, de imigrantes, de jovens, vieram à tona. Não de forma naturalizante, como tinham sido as greves das operárias nas fábricas de palitos de fósforo ou das operárias da Bretanha, nas fábricas de conservas no início do século XX, mas plenamente reconhecidas como movimentos sociais. Ao mesmo tempo, foi nesse início dos anos 1970 que testemunhamos o nascimento do movimento feminista, chamado de “segunda

²⁴ Pode-se encontrar as origens do paradigma interseccional teorizado por Kimberlé Crenshaw no Feminismo Negro (Black Feminism). E especialmente na Declaração do Coletivo *Combahee River Collective* de 1977, um coletivo de feministas negras. Ver: *Les Cahiers du Cedref*, 2006.

²⁵ NdT: UNEF é a sigla para “*Union Nationale des Étudiants de France*” (União Nacional dos estudantes da França).

onda”. O cruzamento sexo/classe se fez, para mim, “naturalmente”. Ainda mais naturalmente pois, como mulher, de origem popular, ativista sindical, feminista e politizada, eu podia me identificar plenamente com essas lutas.

É preciso também mencionar as lutas anti-imperialistas, anticolonialistas (das quais eu participei ativamente). A guerra da Argélia, sua violência diária, havia deixado cinzas ardentes que a imigração maciça dos *pieds-noirs*²⁶ e dos chamados *harkis* apenas agravava.

É nesse contexto que minhas práticas militantes se inscreviam, enquanto intelectualmente, eu tinha como referências a sociologia do trabalho e os movimentos sociais. Meus primeiros trabalhos tratavam das práticas reivindicatórias operárias: ao contrário da *doxa* da época, eu mostrava que a classe operária não tirava sua força de uma unidade (mais suposta que real), mas de suas clivagens (empregados/operários, operários especializados/operários profissionais...): quando os operários (e as operárias) expunham essas clivagens, criava-se o que eu chamei de “aprendizagem coletiva”, permitindo a adesão à luta. Isso foi evidenciado pela minha primeira monografia sobre trabalhadoras imigrantes²⁷.

Mas rapidamente, a grande ausência das operárias da cena sindical me interpelou não só no tocante ao que eu era, mas também – de certa forma – na minha consciência profissional: acusações (“históricas”), inverdades (elas teriam tido mais filhos do que a média nacional), uma falta quase absoluta de dados quantitativos. Quanto ao nível sociológico, a situação não era melhor: um eminente sociólogo como Georges Friedman podia escrever sobre operárias especializadas sem sequer mencionar que eram mulheres. Havia, claro, os trabalhos pioneiros de Andrée Michel e, sobretudo, de Madeleine Guilbert²⁸, mas mais nada além disso.

Seria difícil dizer o quão grande era o meu desconforto. Foi nesse contexto que eu trabalhei sobre a qualificação operária, o que tinha e ainda tem o grande mérito de ser objetivável tanto quantitativa quanto qualitativamente. Parecia-me que o capitalismo e o patriarcado eram indissociáveis, que um criava e fortalecia o outro, e vice-versa. Foi o que chamei, num primeiro momento, no final dos anos 70, de coextensividade das relações sociais²⁹, termo que designa “o fato de que as relações sociais se produzem e se coproduzem umas às outras”. Foi apenas em um segundo

²⁶ NdT: O termo *pieds-noirs* faz referência aos cidadãos franceses de origem do Norte da África francês. O termo *harkis* aos indivíduos que serviam na Argélia francesa, numa formação paramilitar (*harka*).

²⁷ Danièle Kergoat, *Bulldoz ou l'histoire d'une mobilisation ouvrière*, Paris, Seuil, 1973.

²⁸ Madeleine Guilbert : *Les fonctions des femmes dans l'industrie*, Mouton, La Haye, 1966 ; *Les femmes et l'organisation syndicale avant 1914*, Paris, éd. CNRS, 1966. Mas também, de certa forma mais contemporânea, ver: Margaret Maruani : *Les syndicats à l'épreuve du féminisme*, ouvrage publié avec le concours du CNRS, Éditions Syros, 1979, 271 p.

²⁹ Eu elaborei esse conceito nos anos 70 e utilizei-o publicamente pela primeira vez no colóquio de Vincennes, *Les femmes et la classe ouvrière*, de 1978, onde fiz uma intervenção sobre esse tema.

momento que acrescentei o conceito de consubstancialidade, de origem teológica e não matemática, desta vez para designar “o nó formado pelas relações sociais, seu entrecruzamento dinâmico”. Este último torna possível expressar o que para mim é central: conseguir *pensar o mesmo e o diferente em um único movimento*, neste caso as relações sociais de sexo, classe e raça. A consubstancialidade, significando “a unidade da substância entre três entidades distintas”, associada à coextensividade, permite dar conta do fato de que essas três relações sociais, ainda que obviamente distintas, possuem, no entanto, propriedades comuns e, sobretudo, se entrelaçam de tal forma que nenhuma relação social pode ser pensada independentemente das demais, sob pena de que elas sejam reificadas, que elas se constroem e se “fabricam” mutuamente. Esses dois termos eram sem dúvida conceitos, mas também ferramentas para pensar e instrumentalizar as lutas feministas e anticapitalistas. Além disso, permitindo pensar não só as diferenças entre os grupos, mas também as diferenças internas aos grupos, eles tornam as contradições vivas e operacionais. Assim, homens e mulheres estão tanto em uma relação antagônica quanto em uma relação de solidariedade necessária. Há um ponto de ancoragem na materialidade das lutas e não apenas na dominação.

A maneira de pensar as coisas em termos de aditividade das dominações, pareceu-me muito rapidamente insuficiente. Seja porque as práticas sociais observadas eram, obviamente, infinitamente mais complexas, seja porque, se essa noção permitia pensar o peso cumulativo das múltiplas dominações, ela não permitia compreender a gênese das revoltas, as insubordinações dos dominados de ambos os sexos.

Consubstancialidade vs interseccionalidade³⁰

Em 2007, Roland Pfefferkorn questionava-se sobre os processos que haviam causado o “eclipse” da classe em favor do gênero³¹. Nesta segunda década do século XXI, é o eclipse da classe, mas desta vez em favor da raça, que deveria ser questionado³². De fato, uma grande proporção de intelectuais que reivindica a

³⁰ Eu utilizo aqui o título do artigo de Elsa Galerand e Danièle Kergoat, “Consubstantialité vs intersectionnalité? A propos de l’imbrication des rapports sociaux”, *Nouvelles pratiques sociales*, 2014, 26, 2, p. 44-61. [Em português: “Consubstancialidade versus interseccionalidade? A propósito da imbricação das relações sociais”, in: Kergoat, Danièle. *Lutar, dizem elas*. Recife: SOS-Corpo, 2018.

³¹ Roland Pfefferkorn, *Inégalités et rapports sociaux. Rapports de classes, rapports de sexes*, La Dispute, Coleção Le genre du monde, 2007.

³² Martine Chaponnière, “Comment le genre perturbe la classe”, *Agone*, n° 43, 2010. Algumas obras polêmicas apareceram recentemente sobre esse assunto. Entre outras: Alain Policar, *L’inquiétante familiarité de la race. Décolonialisme, intersectionnalité et universalisme*, Le Bord de l’eau, 2020 ; Stéphane Beaud et Gérard Noiriel, *Race et sciences sociales. Essai sur les usages publics d’une catégorie*, Agone, Marseille, 2021; Smaïn Laacher, *La France et ses démons identitaires*, Hermann, 2021.

interseccionalidade esquece a classe, ou na melhor das hipóteses usa a palavra classe, não como uma relação social antagônica, mas como uma simples relação de poder, unicamente reduzida à consideração das desigualdades econômicas e sociais. Outros acreditam que a raça inclui a classe, como é o caso desta frase de Kimberlé Crenshaw: “A raça e o gênero estão entre os primeiros fatores responsáveis por essa distribuição particular dos recursos sociais, que culminam nas diferenças de classe observáveis”³³.

Então, quais são as diferenças entre interseccionalidade e consubstancialidade? E primeiramente, existe uma? Quais são os pontos em comum? Pois, evidentemente, elas têm pontos em comum, mesmo sendo absurdo dizer que “é a mesma coisa” ou que uma é a cópia exata da outra. Além disso, a ampla gama de conotações, que o termo interseccionalidade abrange hoje, dificulta qualquer definição inequívoca ³⁴. Por isso, mais do que me questionar sobre o que *são* esses conceitos, eu me questiono sobre a gênese deles e sobre o que eles *fazem*. Em particular, como eles pensam e organizam a articulação entre as diferentes variáveis. Não se trata de fazer da interseccionalidade à francesa um bicho-papão, nem de se confrontar para ganhar uma hegemonia intelectual, mas de se questionar de onde vêm os conceitos, as zonas de diferença; compreender por que essa questão – interseccionalidade versus consubstancialidade – surge e de que forma tentar respondê-la pode ser profícuo.

Os dois conceitos têm vários objetivos comuns:

- A vontade de enfrentar a diversidade de práticas, a pluralidade de sistemas de dominação e o entrelaçamento entre eles;
- A vontade de pensar a mudança;
- A vontade de sair desses sistemas de dominação. Ou mais do que isso, fazê-los explodir.

Mas se as “palavras-chave” são as mesmas: sexo/gênero, raça, classe, elas estão enraizadas em contextos nacionais diferentes, o que torna arriscado o decalque palavra por palavra desses conceitos.

É verdade que foi sob o impulso dos estudos estadunidenses que a “raça” se tornou um tema de estudo. No entanto, é absurdo falar em “atraso” da França, ou caso contrário, é preciso falar em atraso dos Estados Unidos quanto ao lugar dado

³³ Kimberlé Crenshaw é a iniciadora, não tanto da ideia de interseccionalidade, mas de sua conceituação. Ver: “Cartographie des marges : intersectionnalité, politique de l’identité et violences contre les femmes de couleur”, *Cahiers du genre*, 2005, n° 39, p. 56.

³⁴ Assim, um livro tão informado, coordenado por Farinaz Fassa, Eléonore Lépinard, Marta Roca i Escoda, *L’intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques*, Paris, La Dispute, Collection Le genre du monde, 2016, centra-se menos em dar uma definição da interseccionalidade (“forjada para pensar a imbricação das relações de dominação”) – do que em tratar de seus usos teóricos e políticos.

ao estudo das classes sociais (refiro-me aqui ainda aos estudos de gênero). Absurdo, pois, em primeiro lugar, temos um contexto histórico totalmente distinto, à medida que consideramos a França ou os Estados Unidos. Neste último temos as lutas pelos direitos civis, precedidas nos anos 50 pelo esmagamento do movimento operário pelo macarthismo. Na França, temos as lutas operárias e a onipresença do raciocínio em termos de luta de classes. A França tem um passado escravista, colonial, e adotou políticas migratórias desonrosas. Mas muitas lutas ocorreram: antirracistas, anticolonialistas, anti-imperialistas.

Como Benjamin Stora escreve: “O que me parece crucial é a memória das lutas anticolonialistas. (...) Se *essa memória da recusa* (sublinhado pelo autor) do que foi esse período não é transmitida, temos a sensação de uma França homogênea, que sempre teria aceitado os princípios da colonização³⁵. A palavra raça refere-se historicamente, em um passado relativamente próximo, em parte à escravidão e à luta pelos direitos civis, em parte às lutas anticolonialistas e ao Holocausto, a uma luta obstinada contra a utilização desta palavra: a recepção do termo “raça” não pode ser a mesma nos dois países. Para a França, trata-se de um passado incômodo, não tão distante: há menos de um século, o nazismo proclamava a superioridade da “raça ariana” e exterminava as “raças inferiores”, judeus e ciganos em primeiro lugar.

Ainda assim, houve uma grande ocultação da guerra da Argélia. Foi somente em 1983, com a Marcha pela Igualdade, que a sociedade francesa foi forçada, pelas lutas, a despertar para a questão antirracista.

Pode-se compreender as tensões, os mal-entendidos e as discordâncias sobre a interseccionalidade e sobre a raça³⁶. No entanto, é inegável que a importação para a França (por volta de 2005) da interseccionalidade marca uma verdadeira ruptura geracional.

Além disso, essas noções pertencem a diferentes correntes de pensamento: a consubstancialidade, decorrente do feminismo materialista, está enraizada desde o início na análise concreta do trabalho e das lutas, coletivas por definição, e está associada a uma bagagem teórica marxista³⁷ (exploração, modo de produção, relação social etc.).

³⁵ Benjamin Stora, *La Marseillaise*, 14 juin 2020. Citado por Elisabeth Roudinesco, *Soi-même comme un roi*, Seuil, 2021, p. 197.

³⁶ É o caso de frases como “privilégio branco”. Como se bastasse ser branco para ser privilegiado e apenas os brancos fossem privilegiados. Esse “privilégio branco” é uma bomba-relógio, feita para alimentar o racismo... e o *Rassemblement national (RN)*. Pois, como explicar para um homem com 3 filhos pequenos que sobrevive com o *Revenu de solidarité active (RSA)* e pequenos “bicos” que ele é privilegiado porque ele é branco!

³⁷ Não é necessário dizer que não estou pregando pela primazia da classe, ao contrário da teoria da reprodução e da teoria unitária, que sustentam o capitalismo como o único modo de

A interseccionalidade, por sua vez, desenvolve-se em um contexto pós-estruturalista que tem uma concepção foucaultiana de poder, e se esforça para desfazer as “metanarrativas” (marxismo, universalismo, sororidade etc.), insistindo não mais nas relações sociais, mas sobretudo nas identidades, indivíduos concretos, “pessoas” que reivindicam *suas* liberdades. Ela se foca mais nas categorias dos/das oprimidos/as do que nas estruturas que os/as oprimem. Refere-se a um quadro que faz a conexão entre o pós-estruturalismo, o pós-colonialismo, os estudos de gênero, a teoria queer...

Enquanto a teoria unitária³⁸ toma o capitalismo como o único modo de produção, a interseccionalidade omite a materialidade da opressão das mulheres. Nesse contexto, a relação social de sexo é desencarnada, “desmaterializada” como diz Elsa Galerand³⁹, na medida em que não são consideradas as contribuições essenciais do feminismo materialista, segundo o qual a relação de gênero é uma relação de exploração, irreduzível ao capitalismo; essa relação conta com a apropriação entre suas modalidades; ela é indissociável da divisão sexual do trabalho, que implica uma definição extensiva do trabalho⁴⁰ e de suas implicações.

A consubstancialidade, como a interseccionalidade, busca, portanto, pensar os encaixes dos sistemas de dominação. A interseccionalidade é obviamente operacional como uma ferramenta para compreender experiências individuais e coletivas. Uma de suas contribuições, na França, foi colocar o dedo na “onda de polifonia desordenada levantada pela descolonização”, para usar a expressão de Donna Haraway⁴¹. Tal onda não foi antecipada, especialmente pela segunda onda do feminismo francês e ela é de fato “polifônica”: ela não é separável de outras transformações sociais.

Dito isso, parece-me que, com a interseccionalidade, constata-se mais as revoltas do que se compreende seus mecanismos. Ela foca mais as categorias dominadas do que as estruturas sociais que levam a essa dominação. Pensar em

produção. Segundo o objeto de estudo, será essa ou aquela relação social que será preciso destacar, ao mesmo tempo que se considera sua imbricação com as outras relações sociais.

³⁸ Lise Vogel, *Marxism, and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1983.

³⁹ Sobre esse conceito de desmaterialização, ver: Elsa Galerand, “Contradictions de sexe et de classe. La Marche mondiale des femmes de 2000”, dans : Olivier Fillieule et Patricia Roux (dir.), *Le sexe du militantisme*, Paris, Presses de Sciences Po, 2009, p. 225-241. Ver igualmente: Elsa Galerand, “Quelle conceptualisation de l’exploitation pour quelle critique intersectionnelle?”, *Recherches féministes*, 2015, vol. 28, n°2, p. 179-197; et Stevi Jackson, “Pourquoi un féminisme matérialiste est (encore) possible et nécessaire”, *Nouvelles questions féministes*, 2009, 28, 3 p. 16-33. Ainda assim, essas críticas não seriam pertinentes com relação a algumas autoras americanas como Patricia Hill Collins ou Angela Davis, cujo livro *Femmes, race et classe*, publicado em 1982 é a obra fundadora do conceito de interseccionalidade (Mulheres, Raça e Classe, Boitempo, 2016).

⁴⁰ Esses conceitos referem-se respectivamente a Christine Delphy (modo de produção doméstico), Colette Guillaumin (apropriação), Danièle Kergoat e Helena Hirata e all. (divisão sexual do trabalho e conceito de trabalho).

⁴¹ Donna Haraway, *Manifeste cyborg et autres essais*, Exils Editeur, 2007, p. 4.

termos de cruzamento de categorias e não em termos de processo induz a fixação, a essencialização das categorias e a cristalização em termos de pertencimentos; a deriva identitária é dificilmente evitável. E quem diz identidade coletiva diz risco de fabricação de alteridade. A consubstancialidade, por sua vez, é um conceito desde o início apresentado não para pensar o *acúmulo* de dominações no nível individual: mulher + negra + pobre, mas, apoiando-se nos múltiplos aspectos do trabalho (assalariado, doméstico, parental, produção de filhos etc.), para tentar compreender a partir dessa questão – a divisão do trabalho – as lutas, as revoltas, a insubmissão desses seres humanos chamados “mulheres”, sua recusa em permanecer nas categorias que lhes são atribuídas. Todas as coisas que não têm nada de espontâneo e que não podemos de forma alguma arrematar no acúmulo das dominações sofridas, nem mesmo sua intensidade. O que é bem menos simples, pois as relações sociais, entrelaçadas de modo dinâmico, agem pela mediação das práticas sociais, que são elas mesmas ambíguas, ambivalentes e contraditórias. Não se pode, portanto, decretar que uma relação social particular produz uma forma particular de dominação e/ou uma determinada forma de revolta. Por outro lado, é evidente que raciocinar em termos de relações se contrapõe ao raciocínio em termos de identidades.

Concluirei, assim, dizendo que, na minha opinião, não se trata de perguntar qual definição é a mais “verdadeira”, mas de buscar o que é, em uma dada situação social ou sociológica, mais operacional, mais heurístico em termos de análise das dominações e das lutas.

Assim, torna-se possível compreender, enquanto socióloga, que é mais com relação ao uso que muitas vezes é feito, na França, da interseccionalidade e da sua trilogia gênero, classe, raça (risco de essencialização das categorias, raciocínio em termos de identidades, desmaterialização) que eu discordo, do que com o próprio conceito, que abrange tantos significados diferentes que se torna muito difícil se posicionar⁴². É por isso que a interseccionalidade me parece menos um conceito do que uma caixa de ferramentas, um “prisma” como diz Kimberlé Crenshaw. Que este conceito seja importado não o deslegitima. Afinal, isso é apenas um retorno justo das coisas, se considerarmos o uso que as americanas fazem da “French Theory”. Por outro lado, devem ser consideradas as diferenças de contexto. Se isso não invalida em nada a importação do conceito, pode-se lamentar que poucos debates de fundo tenham abordado esse problema, e que a interseccionalidade tenha sido muitíssimas vezes apresentada como a última novidade do pensamento feminista, ignorando as conquistas do feminismo materialista. Na medida em que ela as desmaterializa frequentemente, a interseccionalidade trata as relações sociais como simples relações de poder. A

⁴² Segundo algumas autoras, foi essa imprecisão que fez o sucesso dessa noção.

partir daí, tudo pode se cruzar com tudo. É possível ver claramente o que isso provoca no nível militante: as identidades são tão múltiplas, que elas se tornam impraticáveis em um plano coletivo.⁴³

Quanto à consubstancialidade, inscrevendo-se em processos, as margens e as contradições entre as relações sociais, nas diferenças e nas oposições intra e intergrupos, ela organiza espaços nos quais podem se entranhar conscientização, reivindicações, coalescência de um coletivo.

Pensar em termos de relações sociais, mais que em termos de categorias substancializadas, significa colocar o sujeito político de volta no centro da análise, poder começar a pensar os processos emancipatórios. Significa fazer uma sociologia crítica.

Recebido em 27 de setembro de 2021.
Aprovado em dez. de 2021

⁴³ Aurore Koechler, *La révolution féministe*, Paris, Amsterdam, 2019.